



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

regulamentar que disciplina o ponto eletrônico e que esse aspecto do banco de horas será objeto de análise;

**3.7. Curso de aperfeiçoamento para os servidores do interior, realizados regionalmente:** a Administração informou que a Promotora de Justiça Ana Teresa Silva de Freitas assumiu há pouco tempo a direção da Escola Superior do Ministério Público e que desde então tem realizado cursos com base na proposta que recebeu da Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Informou que recentemente foram oferecidos cursos em Imperatriz e Timon. Solicitou que o próprio sindicato apresentasse essa demanda de cursos das comarcas do interior para a ESMP;

**3.8. Criação da Gratificação de Atividade Externa (GAE) no percentual de 35% (Regulamentação das atividades de diligências):** o sindicato sugere a extinção da gratificação de risco de vida e a criação da GAE para todos aqueles que exercem atividade externa. Segundo a Administração isso depende de alteração na lei e posterior edição de ato regulamentar. O sindicato ficou de se reunir com a categoria em assembleia e apresentar minuta de proposta, inclusive sobre a alternativa de mudança da nomenclatura dos cargos de Técnico Ministerial-Execução de Mandados para Oficial de Promotoria ou algo similar, bem como a definição da atividade específica;

**3.9. Gratificação eleitoral:** a Administração informou ao sindicato sobre a inviabilidade de concessão dessa gratificação, informando que pode orientar os Promotores Eleitorais para que requisitem os servidores da Justiça Eleitoral e não utilizem os servidores da promotoria para esse tipo de atividade, e que caberia aos servidores das promotorias requererem judicialmente a gratificação perante a Justiça Eleitoral, em virtude de ter natureza federal;

**3.10. Adicional de Qualificação para servidores em estágio probatório:** a Administração informou que depende de alteração na lei, sendo inviável no momento em virtude da recente aprovação da lei que implantou o adicional de qualificação, devendo esse item da pauta ser discutido num período mais à frente;

**3.11. Transformar 300 cargos comissionados em cargos efetivos:** o sindicato ressaltou que atualmente o quantitativo de cargos comissionados (611) é superior ao de cargos efetivos (597). O sindicato sugere a criação de núcleos regionalizados com servidores efetivos em diversas especialidades que atendam a diversos Promotores de Justiça. A Administração informou que já foi feito um estudo junto com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas sobre a necessidade de cargos efetivos no órgão, no entanto, em função da aproximação do limite prudencial (1,84) com despesa de pessoal, não foi possível neste ano apresentar ao Legislativo a proposta de criação de novos cargos. A expectativa da Administração é aumentar paulatinamente a quantidade de servidores efetivos, de modo que sua quantidade supere a de comissionados.

Esgotada a pauta de reivindicações, ficou definido que a próxima reunião será no dia 19 de setembro de 2014 (sexta-feira), sendo que haverá um encontro prévio no dia 01 de setembro de 2014 (segunda-feira) para que o sindicato apresente à Administração Superior as propostas definidas na presente reunião. Por fim, a Procuradora-Geral de Justiça declarou encerrada a reunião.

**LISTA DE PRESENTES E PAUTA EM ANEXO.**

"2014 - Ano Internacional da Agricultura Familiar"